



## MANIFESTAÇÃO DO ORGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - LEGISLATIVO MUNICIPAL

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno

**Entidade:** Câmara Municipal de Vargem Alta/ES

**Gestor Responsável:** Vicente Andreão Marques - Vereador/Presidente

### RELUCI-EXERCÍCIO 2017

#### DO RELATÓRIO

##### 1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados <sup>11</sup>	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle <sup>12</sup>	Amostra Selecionada <sup>13</sup>
1.1.2	Despesas - realização sem prévio empenho	070/2017; 071/2017; 072/2017; 073/2017; 084/2017; 042/2017; 050/2017; 026/2017; 030/2017; 039/2017; 041/2017; 082/2017	Lei 4.320/64, art. 60	Verificação documental	2017	12 processos



## 1.2. Gestão Previdenciária

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	Relatórios e Folha	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios e Folha	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 00(meses)	12 (meses)
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Relatórios e Folha	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	Relatórios e Folha	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.5	Parcelamento de débitos	Relatórios e Folha	CF/88, art. 40.	Verificação Documental	12 (meses)	12 (meses)



	previdenciários		LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência			
1.2.8	Medidas de Cobrança Créditos  Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Relatórios e Folha	LRF	Verificação Documental	12 (meses)	12 (meses)

#### Notas Explicativas:

1.2.3. Não houve atraso de pagamento.

#### 1.3. Gestão patrimonial.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Relatórios	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental.	12 (meses)	12(meses)
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Relatórios	Lei 4.320/1964, art. 94.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	Consulta bancária	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164	Verificação documental.	01 (Instituições Financeiras)	01 (Instituições Financeiras)]



			da CRFB/88.			
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Demonstrativos	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental.	12(meses)	04 (meses)

#### 1.4. Limites Constitucionais e Legais.

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Folha	LC 101/2000, art. 18.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Folha	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Folha	LC 101/2000, art. 21.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Folha	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Folha	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Folha	CRFB/88, art. 169, § 1º	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)



1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Folha	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatórios	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)

### 1.5. Demais atos de gestão.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Verificação documental.	01	01

## 2. Itens de abordagem complementar.

### 2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Objeto/Ponto	Processos	Base legal	Procedimento	Universo	Amostra
--------	--------------	-----------	------------	--------------	----------	---------



	<b>de controle</b>	<b>Administrativos analisados</b>			<b>do Ponto de Controle</b>	<b>Selecionada</b>
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	Exercício	LC 101/2000, art. 9º.	Verificação documental.	12(meses)	4(meses)
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Elementos de despesa	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Verificação documental.	12(meses)	4 (meses)
2.2.31	Despesa – liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 63.	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 62.	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)

### 2.5. Gestão Previdenciária.

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Verificação documental.	12 meses	4 meses
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificação documental.	12 meses	4 meses
2.5.37	Registro de Admissões	Relatório	CF/88, art. 71, III e IN TC nº	Verificação documental.	12 meses	4 meses



			38/2016			
--	--	--	---------	--	--	--

## 2.6. Demais atos de Gestão.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.6.4	Pessoal – teto	Folha	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Verificação documental.	12(meses)	4(meses)
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folha	CRFB/88, art. 37, caput.	Verificação documental.	12(meses)	4(meses)
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	contratações	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Verificação documental.	12(meses)	4 (meses)

## 4. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal.

Após análise dos pontos de controle supramencionados, da prestação de contas Anual e de acompanhamento diário verificamos que o ano de 2017 foi um divisor de águas para a gestão da Câmara Municipal de Vargem Alta. Pode ser observado a maior economia dos recursos de todos os tempos e utilização consciente dos mesmos. Como consta nos relatórios da PCA, foi a maior devolução de recursos recebidos e ainda assim trabalhando para melhorar o funcionamento da Câmara Municipal de Vargem Alta.

Em suma, tratou-se de uma gestão, no todo, consciente do uso dos recursos públicos.

## DO PARECER DO CONTROLE INTERNO

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem. Não foi realizada auditoria propriamente dita, pois infelizmente apesar dos esforços desta unidade de controle, o Controle interno da Câmara Municipal é



---

vinculado ao Controle Geral do Município no que tange as Instruções Normativas o que não permite um melhor resultado.

Apesar disso, Cabe-nos dizer que esta Unidade Central de Controle Interno exerceu efetivamente sua atividade por meio de verificações de documentos e processos, inspeções *in loco* e recomendações, em que pese não ter realizado auditorias por falta de pessoal com qualificação técnica exigida, buscando evitar ofensa ao Princípio da Segregação de Função, bem como, desobediência ao Decreto-Lei n. 9.295/46 e à Resolução nº 560/83 Conselho Regional de Contabilidade.

Mesmo não tendo sido editadas todas as Instruções Normativas foram realizados acompanhamentos diários do Portal da Transparência juntamente com o Gestor de Comunicação, processos de pagamentos, licitações e dispensas, limites de gastos com pessoal, cumprimento do orçamento, análise de balancetes, diárias de vereadores e servidores, uso do veículo e regulamentação dos ressarcimentos esporadicamente concedidos.

Frequentemente esta Unidade de Controle Interno realizou reuniões e recomendações para cada setor, indicando melhorias nos pontos analisados.

A prestação de contas anual fora elaborada sob a responsabilidade do Sr.º Vicente Andreão Marques - Vereador-Presidente, relativa ao exercício de 2017. Dos pontos de controle avaliados e apresentados neste relatório, nenhuma irregularidade foi constatada.

Ante o exposto, sobre os pontos de controle analisados e apresentados neste relatório, em nossa opinião, com base nas verificações documentais, inspeções e recomendações, a referida prestação de contas encontra-se regular.

BRUNA LORENA FAVORO SARTORI

CONTROLADORA INTERNA





VICENTE ANDREAO  
MARQUES:00514907738

Assinado digitalmente  
por VICENTE ANDREAO  
MARQUES:00514907738  
Data: 2018.03.28  
10:09:46 -0300

BRUNA  
LORENA  
FAVORO  
SARTORI

Assinado digitalmente  
por BRUNA LORENA  
FAVORO SARTORI  
Data: 2018.03.28  
10:09:54 -0300





Não foi detectada nenhuma irregularidade

## 1.2. Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	Relatórios e Folha	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental	12 (meses)	4 (meses)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios e Folha	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Relatórios e Folha	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Relatórios e Folha	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Relatórios e Folha	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação Documental	12 (meses)	4 (meses)
1.2.8	Medidas de CobrançaCréditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Recebe	Relatórios e Folha	LRF	Verificação Documental	12 (meses)	4 (meses)

### Notas Explicativas:

1.2.3. Não houve atraso de pagamento.

## 1.3. Gestão patrimonial.



Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Relatórios	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental.	12 (meses)	4(meses)
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Relatórios	Lei 4.320/1964, art. 94.	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	Consulta bancária	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Verificação documental.	01 (Instituições Financeiras)	01 (Instituições Financeiras))
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Demonstrativos	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental.	12(meses)	04 (meses)

#### 1.4. Limites Constitucionais e Legais.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Folha	LC 101/2000, art. 18.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Folha	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Folha	LC 101/2000, art. 21.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Folha	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Folha	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Folha	CRFB/88, art. 169, § 1º	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha	Folha	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)



	de pagamento					
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Folha	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatórios	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 (meses)	04 (meses)

## 1.5. Demais atos de gestão.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Verificação documental.	01	01

## 2. Itens de abordagem complementar.

### 2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	Exercício	LC 101/2000, art. 9º.	Verificação documental.	12(meses)	4(meses)
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Elementos de despesa	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Verificação documental.	12(meses)	4 (meses)
2.2.31	Despesa – liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 63.	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 62.	Verificação documental.	12 (meses)	4 (meses)

### 2.5. Gestão Previdenciária.



Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Verificação documental.	12 meses	4 meses
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificação documental.	12 meses	4 meses
2.5.37	Registro de Admissões	Relatório	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificação documental.	12 meses	4 meses

## 2.6. Demais atos de Gestão.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.4	Pessoal – teto	Folha	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Verificação documental.	12(meses)	4(meses)
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folha	CRFB/88, art. 37, caput.	Verificação documental.	12(meses)	4(meses)
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	contratações	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Verificação documental.	12(meses)	4 (meses)

## DAS AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS.

Conforme supracitado, na introdução, o efetivo controle foi exercido por outros meios, que não por auditorias propriamente ditas, quais sejam: por verificações de conformidade documental, processual, limites legais e constitucionais, recomendações, inspeções *in loco*, reuniões, dentre outros.

Durante o ano de 2017 não havia sido elaborado Plano de Auditoria motivo pelo qual não foi possível Auditar de forma mais profunda. Em contra partida, para suprir essa



necessidade, esta Unidade Central de Controle Interno exerceu efetivamente sua atividade por meio de verificações de documentos e processos, inspeções *in loco* e recomendações, em que pese não ter realizado auditorias por falta de pessoal com qualificação técnica exigida, buscando evitar ofensa ao Princípio da Segregação de Função, bem como, desobediência ao Decreto- Lei n. 9.295/46 e à Resolução nº 560/83 Conselho Regional de Contabilidade.

Mesmo não tendo sido editadas todas as Instruções Normativas foram realizados acompanhamentos diários do Portal da Transparência juntamente com o Gestor de Comunicação, processos de pagamentos, licitações e dispensas, limites de gastos com pessoal, cumprimento do orçamento, análise de balancetes, diárias de vereadores e servidores, uso do veículo e regulamentação dos ressarcimentos esporadicamente concedidos.

Por fim, no exercício, não foram constatadas ocorrências outras quaisquer suficiente para ensejar procedimento de Tomada de Contas Especial (TCE) ou mesmo Procedimento Administrativo (PAD).

BRUNA  
LORENA  
FAVORO

Assinado digitalmente  
por BRUNA LORENA  
FAVORO SARTORI  
Data: 2018.03.28

SARTORI 10:08:55 -0300  
**BRUNA LORENA FAVORO SARTORI**  
**CONTROLADORA INTERNA**

VICENTE ANDREAO  
MARQUES:00514907738

Assinado digitalmente  
por VICENTE ANDREAO  
MARQUES:00514907738  
Data: 2018.03.28  
10:09:15 -0300



---

Vargem Alta, 28 de março de 2018

**Declaro** para devidos fins que tomei conhecimento dos relatórios e das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pela unidade executora do controle interno a serem encaminhados na Prestação de Contas Anual referente ao ano de 2017.

VICENTE ANDREAO  
MARQUES:00514907738

Assinado digitalmente por  
VICENTE ANDREAO  
MARQUES:00514907738  
Data: 2018.03.28 10:07:39  
-0300



**VICENTE ANDREÃO  
MARQUES**

**Vereador-Presidente**